

Sessões simuladas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: um estudo de caso de um projeto de extensão universitária

Luiz Henrique Santana Depollo¹

Recebido: 14/12/2024

Aceito para publicação: 06/04/2025

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo explorar e relatar a experiência de universitários extensionistas e de jovens da comunidade acadêmica que tiveram a oportunidade de vivenciar sessões de simulações negociais da casa legislativa mineira, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, tendo imersão total nos debates e nas práticas legislativas. Tal vivência se deu a partir de um projeto de extensão universitária que organiza simulações temáticas inspiradas em organismos políticos de relevância internacional para alunos de universidades, propiciando oportunidades de debater temas ímpares e pouco apreciados em sala de aula, o que promove um aprendizado ativo e uma interação maior com o assunto debatido.

Palavras-chave: Simulações negociais. Aprendizado ativo. Assembleia Legislativa. Extensão universitária.

Introdução

O mundo contemporâneo é repleto de órgãos e instituições com estruturas complexas, plurais e colegiadas que debatem questões sociais e políticas a eles competentes em diversos níveis. Desde organizações locais de bairro até cúpulas internacionais de chefes de Estado, vemos uma estrutura de debates e negociações marcada por pensamentos políticos diversos,

¹ Técnico em Informática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET - MG), Brasil. Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, extensionista e pesquisador na UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9767-0551>. E-mail: luizhenrique.depollo@gmail.com.

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

rica e de diferentes culturas, ideologias e contextos socioeconômicos ímpares, sobretudo no tocante aos espaços políticos internacionais, dos quais a compreensão de seu funcionamento e das inúmeras dimensões abarcadas são de difícil compreensão até para especialistas na área.

Por essa razão, as décadas de 1990 e 2000 marcaram o cenário universitário por uma corrente de projetos de simulação negocial de órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), ou então, os *Model United Nations - MUN* (Modelo das Nações Unidas). As MUNs são sessões simuladas de reuniões e comitês de órgãos da ONU, cujos acadêmicos podem “brincar de diplomata” por algumas horas, revivendo de forma simulada, por isso simulação, a experiência do debate diplomático e político. Universidades como Harvard, Oxford e USP mantêm, desde aquela época, grupos de alunos e professores organizando eventos regularmente para promover experiências como as das MUNs por todo o mundo.

A própria ONU, na Resolução nº 336 da 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), aponta a relevância de projetos de simulação relacionados ao modelo MUN em virtude de sua importante contribuição na construção de capacidades aos jovens, sobretudo pelo valor das simulações do Modelo da ONU em todo o mundo para envolver os jovens com as iniciativas e metas da ONU e angariar apoio para a cooperação internacional (AGNU, 2023).

O TEMAS - Simulações temáticas, ou simplesmente TEMAS, surgiu nesse mesmo contexto, emergindo do déficit teórico e prático da realidade de organismos políticos internacionais, pensado para promover o aprendizado ativo de alunos do Ensino Superior, inicialmente focado no cenário internacional e órgãos da ONU, mas que ganhou maior abrangência no decorrer de sua existência.

Esse projeto existe desde 2003, originalmente vinculado ao Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (DRI-PUC Minas), mas acabou se tornando um projeto independente nos anos seguintes. Nos dias atuais, o TEMAS é um Projeto de Extensão vinculado ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-FAFICH-UFMG), sendo composto por alunos de diversas instituições de ensino superior da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais (UFMG, 2024a).

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

O projeto organiza duas simulações anualmente: as edições regulares do TEMAS, que têm como público-alvo alunos do ensino superior, e o miniTEMAS, que já passou pela sua décima edição e é focado nos alunos do Ensino Fundamental e Médio.

A cada nova edição a temática central é renovada, contando com temas inéditos em relação às anteriores. A última edição do TEMAS, a XIX, ocorreu entre Maio e Junho de 2024 com o tema “China”, trazendo comitês econômicos, parlamentares, jurídicos e de várias outras áreas que simulam, por exemplo, a XV Cúpula do BRICS (acrônimo que utiliza as iniciais de Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul - *South Africa*), o Tribunal Militar do Extremo Oriente (TMEO), o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), inclusive o próprio Congresso Nacional do Povo (CNP), o Parlamento Chinês, entre outros órgãos nacionais próprios da China e internacionais relevantes que marcaram a história recente do país.

No que diz respeito ao aprendizado e à educação política, objeto do presente trabalho, destacam-se entre as dezenove edições já realizadas do TEMAS, as “XIII - Brasil”, “XVI - Justiça” e “XVII Crise ambiental”, justamente por tratar em seus comitês de instituições colegiadas e políticas brasileiras como a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal (STF). Em especial, o presente trabalho abordará a experiência do comitê parlamentar simulado da edição “XVIII - Crise ambiental” em 2023, que teve como cenário a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O plano de fundo escolhido para as sessões, alcançando a temática central do evento “Crise ambiental”, foram três sessões realizadas na casa legislativa que abarcavam as consequências e possibilidades frente aos desastres ambientais do rompimento de barragens de rejeitos minerais no estado de Minas Gerais nos anos de 2015 (Mariana/MG) e 2019 (Brumadinho/MG), bem como os debates em 2021 sobre a mineração na Serra do Curral, situada em Belo Horizonte, capital do estado.

Sendo assim, o objetivo do trabalho é apresentar a importância e relevância para a educação política de jovens, a partir de um estudo de caso de um projeto de extensão de simulações negociais, em vistas de promover o letramento e a participação política e social por meio de aprendizado ativo e do desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional dos jovens participantes, gerado a partir dos debates temáticos nas sessões simuladas.

1. Referencial teórico

Em primeira medida, tratar-se-á do vínculo enquanto projeto de extensão na Universidade e sua capacidade formativa. De acordo com a Lei nº 9.394 de 1996, popularmente conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as atividades de extensão integram a trindade da Educação Superior no Brasil (composta por Educação, Pesquisa e Extensão), sendo a Extensão a busca por ampliar e integrar os conhecimentos e recursos produzidos dentro das universidades para além de seus muros, beneficiando diretamente a comunidade ao seu redor (Brasil, 1996). Nos termos do art. 1º das Normas Gerais de Extensão na UFMG:

extensão é atividade acadêmica que se integra à estrutura curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, na promoção de uma interação transformadora entre a UFMG e os outros setores da sociedade, por meio da produção e do compartilhamento do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (UFMG, 2024b).

Em seguida, tratar-se-á das simulações enquanto ferramenta de educação e formação política. Como apresentado anteriormente, as MUNs estão tradicionalmente em instituições de educação superior no Brasil e no mundo, que contam com cursos das Ciências Sociais Aplicadas, como Direito – muito por conta dos Júri simulados e competições de debate, Relações Internacionais, Ciências Política e seus congêneres, sem prejuízo das demais grandes áreas do conhecimento e seus respectivos cursos. Vemos MUNs em poucas escolas e colégios do ensino médio, fator que Arienti *et al.* (2017) explicita com mais propriedade, ao tratar de projeto que a professora coordenava na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):

De forma geral, os modelos de simulação existentes são destinados aos estudantes universitários. O projeto de simulação da UFSC, no entanto, se diferencia da maioria dos modelos propostos por dois motivos. Primeiramente, ele é direcionado ao estudante de ensino médio e não ao universitário. [...] A atividade de extensão consiste em possibilitar, através das simulações, que os estudantes [...] representem diferentes líderes mundiais em diferentes foros internacionais. Assim, pretende-se oferecer a esses estudantes a

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

oportunidade de debater assuntos conflituosos da agenda internacional, de forma que eles possam compreender a importância do diálogo entre diferentes culturas. (Arienti *et al.*, 2017, p. 2-3).

Nesse sentido, o projeto cumpre todos os critérios apresentados, desde a interdisciplinaridade, a formação e o letramento político, educacional, cultural, científico e tecnológico referendado pela Professora e em consonância às normas internas de Extensão da UFMG.

Quanto ao aprendizado ativo, Gonçalves e Lima (2020) definem:

O aprendizado ativo tem como princípio teórico a ideia de colocar o aluno como o centro do processo de aprendizado, fazendo com que este se torne uma parte ativa do conhecimento e não apenas um mero reproduzidor do conhecimento adquirido através do professor [ou mediador]. [...] Essa mudança no processo de aprendizagem acontece porque o aluno adquire conhecimento vivendo uma situação e experimentando o conceito. Nesse sentido, o aluno não é uma parte passiva do processo de aprendizagem, ele é uma parte ativa e fundamental dele. (Gonçalves; Lima, 2020, p. 7-8, grifo nosso)

Na perspectiva das autoras, ao tratar da relação entre o aprendizado ativo e o lúdico no ensino de Relações Internacionais, afirmam, a partir do “Paradigma do Aprendizado” (Gonçalves; Lima, 2020, p. 5 apud Inoue; Valença, 2017, p. 5), que se desenvolve por meio da construção de conhecimento através de uma interação cooperativa entre discentes e docentes, sendo essa interação lúdica executada por estímulos escritos, falados ou interpretados, inclusive, mais eficiente do que o modelo tradicional de ensino.

As autoras ainda apresentam que jogos de tabuleiro, simulações e outros recursos menos ortodoxos estão diretamente associados ao aprendizado ativo e a benefícios na aprendizagem de alunos do campo das Relações Internacionais e da Ciência Política com resultados muito positivos e proveitosos no rendimento escolar.

Reitera-se que as autoras trazem uma ampla explicação acerca da importância de simulações para formação política e aprendizado de jovens, mas em foco das Relações Internacionais que, apesar da nomenclatura, trata também das dinâmicas políticas nacionais, abarcando os legislativos municipais, estaduais e o federal. Para

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

além disso, reitera-se também que o foco nas Relações Internacionais não afasta, necessariamente, que jovens não estudantes das Relações Internacionais possam se beneficiar da dinâmica das simulações, ou seja, não exclui a importância de simulações e o aprendizado ativo a fim de promover a educação política para alunos de outras áreas e idades.

Em suma, os pontos conceituais e fundamentais apresentados pelas autoras suportam, em grande medida, a argumentação teórica principal do caso estudado, abarcando todos os cenários.

2. Metodologia

No que diz respeito à metodologia do estudo, a mesma se deu a partir de revisão bibliográfica acerca da temática, sobretudo no que diz respeito ao aprendizado ativo e a relação da educação política com os resultados alcançados a partir de sessões simuladas.

Por se tratar de um estudo de caso, os dados relatados são de cunho empírico-científico, validados a partir da experiência da preparação e mediação da experiência apresentada nas sessões parlamentares simuladas, considerando também o resultado das discussões e as propostas apresentadas pelos alunos participantes, desde a questão material até a formal, com base no Regimento Interno da ALMG e nas Constituições estadual e federal.

A fim de garantir maior imersão aos alunos participantes nas sessões de simulação, foram elaborados três documentos principais, dos quais os alunos participantes poderiam fazer leitura e tirar dúvidas, se necessário. Os documentos foram: Guia de Estudos, Guia de regras e Dossiês Parlamentares. Nesse sentido, nas sessões simuladas os alunos representavam de maneira lúdica e didática a persona de um Deputado ou Deputada estadual, defendendo seus interesses políticos de acordo com características da personalidade e da trajetória política do parlamentar representado, com a legenda do partido e de suas interações políticas na Casa.

Ao final do evento, esperava-se como objetivo específico que os alunos tivessem compreendido o papel do parlamentar representado perante os casos estudados, o funcionamento da Assembleia e suas comissões, bem como os requisitos e funcionalidades

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

das proposições e requerimentos cotidianos na ALMG (UFMG, 2024a). Com isso, os resultados gerais esperados era de que os alunos conseguissem se projetar enquanto sujeitos ativos de aprendizado no âmbito político, com enfoque no legislativo mineiro e na causa ambiental, objetivos macro do evento.

Inspirado nos padrões MUN, o projeto foi composto por uma equipe acadêmica responsável pela escrita técnico-científica e revisão dos documentos elaborados, com fim de garantir maior acurácia dos fatos, sem imprimir ideologias políticas ou quaisquer níveis de parcialidade dos envolvidos, uma vez que os guias e dossiês são de consulta geral dos alunos participantes da simulação (UFMG, 2024a). Os alunos que participaram das sessões simuladas eram o público-alvo, abarcando alunos de diversos cursos superiores.

A dinâmica proposta pelo comitê simulado da ALMG era trazer ampla gama de discussões acerca da temática ambiental em contraponto ao extrativismo mineral, debate latente no estado de Minas Gerais no âmbito político, acadêmico e econômico. Para tanto, explicar-se-á cada um dos documentos produzidos para subsidiar os estudos e as sessões parlamentares simuladas.

Para além disso, o projeto tem tradicionalmente uma sabatina de ex-componentes, organizadores de edições anteriores, composta por graduados e pós-graduandos que auxiliam na revisão e refinamento dos guias, nas pesquisas e na mediação das sessões. Foi elaborado um planejamento de pesquisa que compreendeu a elaboração dos guias e dossiês, a capacitação da equipe que realizou as pesquisas e confecção dos documentos orientadores, bem como a quantidade de alunos que participariam simulando os deputados estaduais representados por alunos participantes.

2.1 Guia de estudos

O Guia de Estudos tem como objetivo nivelar o entendimento dos alunos em relação à temática que será debatida. Foram confeccionados textos sobre a história da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, bem como explicações acerca de sua competência legislativa, fundamentos básicos do processo legislativo na casa e seu funcionamento; tópicos sobre a história da atividade mineradora no Brasil e em Minas Gerais, perpassando o período colonial até a contemporaneidade; sobre os

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

diversos processos e formas de mineração regulados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), danos potenciais da atividade de extrativismo mineral e até as normativas ambientais para análise e uso da terra, para esse fim. O esqueleto de tópicos foi conforme a lista seguinte:

Quadro 1 - Esqueleto do sumário do Guia de Estudos

Título do Tópico	Título do Subtópico
1. Resumo	...
2. Introdução	...
3. Assembleia Legislativa de Minas Gerais	3.1. História da Casa Legislativa Mineira
	...
	3.2 Processo Legislativo
	...
4. História da atividade mineradora em Minas Gerais	4.1. Período Colonial
	4.1.1. Colonização por exploração
	4.1.2. Ciclo do Ouro e a ocupação da região de Minas Gerais
	4.2. A nova mineração do século XX: o minério de ferro
	4.2.1. Departamento Nacional de Produção Mineral e a evolução da regulamentação legal da mineração
	4.2.2. ...
5. Impactos do processo de mineração	5.1. Processos da atividade mineradora
	5.1.1 Pesquisa mineral
	5.1.2 Lavra
	5.1.3 Descomissionamento de mina

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

	5.2. Lavra do minério de ferro
	5.3. Rejeitos da mineração
	...
	5.4. Rompimentos de barragens em Minas Gerais
	5.4.1. Barragem do Fundão, Bento Rodrigues - Mariana, MG
	5.4.2. Barragem da Mina Córrego do Feijão, Brumadinho, MG
	5.5. Novas perspectivas do impacto do rompimento das barragens
6. Danos ambientais causados pela atividade mineradora	6.1. A importância da preservação de áreas ambientais
	6.2. Os desafios para o efetivo zelo das regiões afetadas pelas mineradoras
	6.2.1. Tipos de Unidades de Conservação
	6.2.1.1. Unidades de Conservação
	...
	6.2.1.2. Unidades de Proteção Integral
	...
6.2.2. Processos de preservação ambiental	

Fonte: Autoria própria (2024)

Notas: As reticências foram empregadas para suprimir seções terciárias, quaternárias e seguintes de menor relevância ao presente, mas importantes em seu conteúdo e forma.

O Guia de Estudos teve sua versão final com 56 (cinquenta e seis) páginas no total, contendo imagens ilustrativas dos principais itens, como os resultados dos desastres ambientais, a estrutura de barragens e afins, tendo sido revisado por

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

mestres, doutorandos e pela comissão de professores orientadores do projeto na época. Destaca-se que na etapa de elaboração do texto, a ALMG contribuiu com a equipe responsável pelo comitê parlamentar no direcionamento de informações históricas sobre a casa, dos temas debatidos e disponibilizando cópias físicas do Regimento Interno da Assembleia para os alunos durante as sessões simuladas.

2.2 Guia de regras

No que diz respeito ao Guia de Regras, trata-se de uma versão adaptada e otimizada do Regimento Interno da ALMG (ALGM, 2023), editando o texto original, com fins didáticos, para dar celeridade e dinamismo às discussões dos alunos nas sessões temáticas. A exemplo, o Regimento originalmente prevê uma série de cargos dentro da Presidência legislativa, como Presidente, Vice-presidente, 2º e 3º vice-presidente, 1º, 2º e 3º Secretários. No Guia de Regras, por outro lado, preferiu-se por utilizar apenas os cargos de Presidente e Vice da mesa, dado a quantidade limite de tempo da oficina e também da quantidade de alunos inscritos no comitê simulado parlamentar.

Informações como os ritos formais da casa e o processo legislativo são de leitura e compreensão avançadas e, por isso, exigem grande nível de articulação textual, compreensão global do regimento e da prática *in loco*, o que não é a realidade para a extrema maioria da população mineira.

Entre outras adaptações, o Guia de Regras apresentou um panorama geral da dinâmica da sessão legislativa, das comissões e do processo legislativo, das limitações materiais e territoriais da casa, o regramento para os debates e cada um dos possíveis requerimentos aplicáveis nos casos estudados, desde Projeto de Lei, Lei ordinária, Complementar até os Projetos de Emenda Constitucional Estadual.

No dia das sessões, que será melhor apresentado adiante, houve oportunidade para esclarecer dúvidas procedimentais e os instrumentos aplicáveis com o apoio da equipe de mediação, o que facilitou a compreensão dos participantes e de sua aplicação no contexto global da simulação.

2.3 Dossiês parlamentares

Os dossiês parlamentares foram concebidos a partir de personas dos deputados e deputadas estaduais de Minas Gerais que participaram dos debates nas três oportunidades: o debate acerca dos desastres em 2015 e em 2019, bem como em 2021 sobre a Serra do Curral. Como alguns Deputados que estavam em mandato em 2016 não foram reeleitos em 2018, no pleito estadual, optou-se por priorizar aqueles que estiveram em ambas as legislaturas e que também tivessem comparecido aos debates.

Nesse sentido, cada dossiê trazia uma descrição dos Deputados que foram representados nas sessões temáticas, de forma que cada aluno teve o direcionamento para uma persona inspirada no Deputado ou Deputada que estava presente nas sessões. A elaboração dos dossiês parlamentares se deu a partir de uma análise histórica e política individual de 21 (vinte e um) deputados que cumpriam ao menos um dos requisitos acima, complementada por fatos relevantes sobre cada um deles que demonstraram inclinações para um lado ou outro, por exemplo, caso um parlamentar tivesse recebido grandes quantias em doações na campanha eleitoral de mineradoras ou de seus dirigentes, entre outros fatores.

Com isso, os dossiês foram documentos orientadores para que os alunos pudessem seguir uma linha política e argumentativa que estivesse alinhada à persona designada.

É importante destacar que os dossiês não apresentavam os nomes reais dos Deputados, utilizando nomes fantasia para representar e nomear cada uma das personas. Ao longo das sessões, os alunos também tiveram a oportunidade de sanar quaisquer dúvidas relacionadas às personas representadas.

2.4 As sessões simuladas

As sessões ocorreram no período de quatro dias corridos entre Maio e Junho de 2023 com a participação de mais de 100 alunos, distribuídos entre comitês variados. Os alunos que se inscreveram para participar da atividade de extensão tinham a liberdade de se inscrever em um dos cinco comitês disponíveis, limitados apenas ao número de vagas de cada comitê. O Comitê parlamentar que simulou as sessões legislativas naquele ano continha vinte e uma vagas, das quais, dezenove foram preenchidas prontamente por alunos do ensino superior de cursos diversos. A equipe de mediação era composta por quatro alunos concluintes dos

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

respectivos cursos, dos quais dois mediadores ficaram responsáveis pela ordem do dia e os procedimentos legislativos ali simulados (como a Comissão de Constituição e Justiça) e os demais para tirar dúvidas acerca de quaisquer situações que pudessem ocorrer pelos alunos.

Enquanto mediadores, o papel da equipe era de auxiliar a leitura e interpretação dos documentos utilizados, deixando que os alunos pudessem fazer leituras e interpretações de acordo com as delegações (personas representadas) e atuando de acordo com o percurso histórico marcante das discussões parlamentares de cada um dos casos. Nesse sentido, os alunos tiveram contato constante com visões diferentes de mundo, posicionamentos políticos diversos e provocações importantes para compreensão da sociedade, do cenário político mineiro e do papel da Assembleia nesse contexto.

3. Resultados e discussões

Enquanto resultados os alunos debateram, negociaram, escreveram e submeteram diversos documentos de trabalho à mesa de mediação que estava responsável por avaliar a documentação e acompanhar o andamento do comitê simulado, conforme os quadros abaixo:

Quadro 2 - Relação de documentos de trabalho submetidos à mesa por tipo e por tema

Tipo de documento de trabalho	Mariana (2016)	Brumadinho (2019)	Serra do Curral (2021)	Total
Projeto de Lei Ordinária	2	2	2	6
Projeto de Lei Complementar	-	1	1	2
Projeto de Resolução	1	-	-	1
Proposta de Emenda à Constituição	-	-	1	1
Requerimento	3	2	1	6

Fonte: Autoria própria (2024)

Quadro 3 - Relação de documentos de trabalho aprovados por tipo e tema

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

Tipo de documento de trabalho	Mariana (2016)	Brumadinho (2019)	Serra do Curral (2021)	Total
Projeto de Lei Ordinária	1	1	-	2
Projeto de Lei Complementar	-	1	-	1
Projeto de Resolução	-	-	-	-
Proposta de Emenda à Constituição	-	-	1	1
Requerimento	2	2	1	5

Fonte: Autoria própria (2024)

Os diferentes tipos de documento apresentados à mesa deveriam seguir o padrão, rigor técnico material e formal, bem como os ritos apresentados no Guia de Regras, adaptado do Regimento Interno da ALMG, sendo a mesa mediadora responsável por realizar sugestões a partir das técnicas de escrita legislativa e aplicabilidade de cada um dos documentos nas discussões parlamentares.

Nesse sentido, cada um dos documentos segue a descrição nominal do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, quais sejam: Projeto de Lei Ordinária (arts. 186 a 191); Projeto de Lei Complementar (arts. 186, 187 e 192 a 193); Projeto de Resolução (arts. 186, 187, 194 e 195); Proposta de Emenda à Constituição (arts. 201 a 203); e Requerimento (art. 229 a 234).

Passa-se a explicar mais minuciosamente sobre as relações apresentadas acima, diferenciando os documentos e o contexto em que foram submetidos.

Verificou-se que 3 dos 6 Projetos de Lei Ordinária foram submetidos por representações de vertentes políticas conflitantes entre si (que os alunos representavam deputados de partidos antagônicos ou de possíveis inimigos políticos). Uma pluralidade de propostas, embora comum na política real, gerou debates acalorados e demonstrou a capacidade dos alunos em defender seus pontos de vista

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

de forma articulada. Nesse sentido, é comum vermos deputados na própria ALMG com proposições sobre o mesmo tema em períodos de tempo bem curto, fator que se repetiu também na sessão simulada.

Essa dinâmica simulada permitiu que os alunos vivenciassem uma espécie de pressão política e a necessidade de construir consensos em um ambiente plural e competitivo entre eles. No cenário apresentado, os projetos de lei foram analisados, editados e votados conforme rito e requisitos do Guia de Regras.

No que diz respeito aos Projetos de Lei Complementar, apenas o submetido na sessão simulada referente a 2019 teve aprovação de acordo com o rito do processo legislativo vivenciado nas sessões simuladas, sendo os dois Projetos de Lei Complementar do mesmo autor (aluno) e o restante não alcançado a quantidade de votos mínima nas votações do plenário.

O projeto de Resolução submetido ao longo das sessões não teve relação direta com as temáticas exploradas, mas juntamente com um dos requerimentos apresentados, culminaram na cassação do mandato do Presidente da Assembleia, o que gerou reviravoltas na discussão e na dinâmica política entre os alunos, demonstrando a capacidade dos alunos em utilizar as ferramentas políticas para alcançar seus objetivos políticos. Tal documento demonstrou que os alunos puderam alcançar alto nível de entendimento da dinâmica e da norma de referência para o procedimento legislativo em questão.

A Proposta de Emenda à Constituição de Minas Gerais se deu na discussão passada em 2021, tendo seguido os ritos e procedimentos junto à mesa e aos alunos. Os alunos puderam comprovar a complexidade do processo de alteração da Constituição Estadual e a necessidade de um amplo debate sobre os impactos de tais mudanças. As discussões para edição dos termos e artigos presentes na PEC, especificamente, tomou um grande espaço de tempo entre os alunos, justamente pelo rigor material inerente ao instrumento. Essa experiência permitiu aos alunos compreenderem a importância da Constituição como norma maior e a necessidade de garantir a sua estabilidade política.

Por fim, dos seis requerimentos apresentados, apenas cinco tiveram provimento, sendo aprovados pela presidência do parlamento estadual. Os

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

requerimentos demonstram a importância desse instrumento para a atuação do Poder Legislativo Estadual e para a defesa dos interesses da sociedade.

A relação de requerimentos aprovados/rejeitados demonstra a seletividade do processo legislativo e a importância da argumentação e da negociação para garantir o sucesso de uma proposição legislativa na realidade e nas sessões simuladas.

Uma análise mais detalhada das discussões normativas revelou a dificuldade dos alunos em conciliar os interesses divergentes dos grupos e agentes políticos que representavam. O peso político da discussão sobre a possibilidade – ou necessidade – em editar uma lei ordinária ou a Constituição estadual para garantir a proteção ambiental gerou um debate acalorado, com argumentos baseados em princípios éticos e menos centrados nas implicações jurídicas e econômicas.

De maneira geral, os alunos demonstraram um bom domínio das normas constitucionais, mas enfrentaram desafios na elaboração de um texto constitucionalmente adequado e politicamente viável. A análise das transcrições das sessões revelou que os alunos utilizaram com grande frequência apelos emocionais sem embasamento por pareceres, mesmo sabendo que era possível, o que dificultou o diálogo e a construção de consensos entre pessoas antagônicas.

No que diz respeito à acurácia para com a realidade, analisando as proposições legislativas apresentadas pelos deputados e deputadas reais da ALMG em comparativo aos alunos, verifica-se grande similaridade ao produto final, contemplando muitos dos pontos apresentados pelos parlamentares da casa. Observou-se que os alunos demonstraram um bom domínio dos aspectos formais da elaboração legislativa, porém, os Projetos de Lei e os de Lei Complementar produzidos pelos alunos tendiam a ser mais idealistas e menos pragmáticos, o que se justifica na falta de experiência dos participantes com a política real e o pragmatismo das técnicas de escrita legislativa. Além disso, os debates na simulação foram mais focados nos aspectos técnicos e jurídicos, enquanto os debates na Assembleia Legislativa costumam envolver uma maior diversidade de interesses e influências políticas.

Quanto às limitações, a principal dificuldade observada durante a simulação foi a participação desigual dos alunos. Enquanto alguns demonstraram um alto nível de

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

engajamento, participação e domínio do conteúdo, outros apresentaram dificuldades em acompanhar o ritmo dos debates e em elaborar falas e propostas consistentes e coesas com seu contexto. Também foi possível observar que parte desses alunos não havia participado integralmente dos treinamentos iniciais e da ambientação no tema da simulação, o que pôde ter impactado diretamente na capacidade de contribuir de forma efetiva para as discussões e de engajar com seu deputado.

Outro ponto relevante diz respeito ao desempenho de alguns alunos que, apesar de terem participado dos treinamentos, não desempenharam os “papéis” políticos esperados pela organização, defendendo pontos diferentes e até contrários ao que o parlamentar defendeu.

Por conseguinte, também houve participantes que demonstraram menos proatividade e criatividade do que o esperado, limitando-se a repetir argumentos já conhecidos ou a seguir as orientações dos colegas mais experientes.

É importante ressaltar que a simulação, por sua própria natureza, envolve simplificações da realidade política e social. A complexidade das relações de poder, a influência de fatores externos e a dinâmica interna dos partidos políticos são apenas alguns dos elementos que não podem ser totalmente capturados em um ambiente simulado e de tempo limitado, como foi o caso estudado.

Além disso, outro fator que acarretou desequilíbrio político foi a ausência de muitos alunos do mesmo bloco político nos primeiros dias, o que afetou o balanço de poder e na própria eleição da presidência do plenário na simulação.

Com base nas limitações identificadas no estudo de caso, é possível propor estratégias para aprimorar o ambiente da simulação e criar um cenário de aprendizagem ainda mais rico, proveitoso e eficaz.

Uma das principais áreas com margem para serem aprimoradas é a preparação dos participantes. A ampliação e a intensificação dos treinamentos iniciais parecem ser extremamente promissoras e cruciais para garantir que o máximo de alunos estejam devidamente preparados para participarem ativamente das discussões. Os treinamentos podem abordar de forma aprofundada os conceitos e as normas do processo legislativo, bem como técnicas de escrita legislativa com profissionais experientes e utilizando exemplos práticos ou simulações menores e mais simples.

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

Além do conteúdo técnico, investir no desenvolvimento de habilidades mais finas como oratória, negociação e a escrita de textos técnicos.

A criação de um ambiente mais imersivo também é fundamental para o sucesso da simulação, por exemplo, o próprio plenário da Assembleia, propiciaria uma imersão maior. Tal fator poderia ser potencializado ainda a partir de visitas às instituições legislativas reais, que podem proporcionar aos alunos uma experiência mais realista e motivadora.

Já para aumentar a complexidade da simulação e desafiar os alunos, é importante incluir novos elementos, seja com conteúdos ainda mais abstratos ou com os chamados “futurismos”, fatos que ainda não são realidade total em nossa sociedade.

A avaliação do desempenho dos alunos também pode ser aprimorada, abrangendo múltiplas fontes de dados, como as produções escritas e as participações nas discussões, permitindo uma avaliação mais completa e abrangente do conhecimento e das habilidades dos alunos.

Por fim, a articulação da simulação com outras disciplinas e áreas é fundamental para proporcionar uma visão mais ampla das questões apresentadas e debatidas, uma vez que a integração da simulação com diferentes pautas e diferentes disciplinas pode estimular o desenvolvimento de proposições interdisciplinares e mais completas, bem como a construção de conhecimentos mais complexos e articulados.

Considerações

Com base nos resultados apresentados nos quadros 2 e 3, podemos concluir que a simulação do processo legislativo proporcionou aos alunos uma experiência diferente e valiosa, permitindo que utilizassem uma série de habilidades essenciais para a participação cidadã e política. Os alunos, em geral, demonstraram capacidade de analisar criticamente documentos legislativos, realizar leituras políticas abrangentes, negociar e buscar consensos, redigir projetos de lei e trabalhar em equipe de forma primorosa.

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

A análise dos dados revelou que os alunos foram capazes de produzir documentos legislativos formalmente corretos, seguindo os padrões estabelecidos pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. As propostas elaboradas abordaram temas relevantes e coesos, de acordo com o contexto, demonstrando um bom senso crítico e um interesse pela política, mesmo nas sessões simuladas. No entanto, observou-se uma tendência dos alunos a priorizar aspectos mais éticos em detrimento dos essencialmente jurídicos e políticos.

É importante destacar que nem todos os alunos participaram ativamente das discussões, o que pode ter sido influenciado pela falta de preparo ou pelo desinteresse gerado pela própria temática abordada no evento ou no comitê.

Além disso, a construção de consensos em torno de temas controversos mostrou-se desafiadora, especialmente quando os argumentos se baseavam em questões éticas que não estavam em evidência. A simulação, por sua própria natureza, não consegue reproduzir toda a complexidade da conjuntura e do processo legislativo real, o que também limitou a experiência dos alunos nesse sentido.

Diante desses resultados, sugere-se que futuras simulações invistam em um aprimoramento contínuo da metodologia. A ampliação e a intensificação dos treinamentos iniciais são cruciais para garantir que todos os alunos estejam devidamente preparados para participar ativamente das discussões. A criação de um ambiente mais imersivo, com a utilização de recursos tecnológicos e a realização de visitas a instituições legislativas podem tornar a experiência parlamentar mais realista e motivadora.

Para aumentar a complexidade da simulação e desafiar os alunos é importante introduzir novos elementos, como atores externos e eventos imprevistos. A avaliação do desempenho dos alunos deve ser mais completa, utilizando múltiplas fontes de dados e oferecendo feedback individualizado. A articulação da simulação com outras disciplinas pode proporcionar uma visão mais abrangente das questões em debate e estimular o desenvolvimento de propostas mais completas e articuladas.

Conclui-se que as sessões simuladas do processo legislativo da ALMG se mostraram uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas para a compreensão do funcionamento das instituições democráticas

Revista Educação Legislativa em Foco – RELF

e políticas, bem como ferramenta de educação política. No entanto, é fundamental aprimorar a metodologia e o ambiente de aprendizagem para garantir que todos os alunos possam se beneficiar dessa experiência. Com as devidas adaptações, a simulação pode se tornar uma ferramenta ainda mais poderosa e eficaz para a formação política das próximas gerações de alunos.

Referências

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU). **Resolução 77/336, de 14 de setembro de 2023**. Resolução sobre o fortalecimento das Nações Unidas.

Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n23/266/10/pdf/n2326610.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). **Regimento Interno**. 17. ed. Belo Horizonte: ALMG, maio 2023. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/48711/1/RI%20atualizada%202023-05-17%c2%aaed-MAIO_A.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

ARIENTI, Patricia Fonseca Ferreira; CHEREM, Helena Miranda; COSTA, Victoria Campos. **Simulação de Organizações Internacionais para alunos do ensino médio (SIEM)**. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro; MORAES LIMA, Leticia Cordeiro Simões de. Aprendizado ativo nas relações internacionais: um estudo empírico sobre o papel do lúdico no processo de aprendizagem. **Oasis**, n. 32, p. 29-47, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Sistema de Informação de Extensão: TEMAS**. Belo Horizonte: UFMG, [s.d.]. Disponível em: <https://sistemas.ufmg.br/siex/VerIdentificacao.do?id=94902&tipo=Projeto>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Resolução complementar nº 03 de 2024**, de 1º de julho de 2024. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2024/07/Resolucao-03_2024-CEPE-Normas-Gerais-da-Extensao.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.